



Reunião do Conselho Geral do SINPEEM

Que a direção do sindicato convoque já a assembleia presencial da categoria, para organizar a campanha salarial e a luta unificada dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações mais sentidas!

O SINPEEM deve participar e impulsionar o combate nacional ao “Novo Ensino Médio”!

Os trabalhadores da rede municipal de ensino estão sofrendo com diversos problemas, que vêm se acumulando há tempos: arrocho salarial, avanço da privatização/terceirização, sobrecarga de trabalho, uma montanha de exigências burocráticas, obstáculos para atingir a aposentadoria, violência nas escolas, ausência de apoio e condições para realizar a política de inclusão, entre outros. São ataques e mais ataques por parte da burguesia e dos governos. O ensino de tempo integral se mostrou uma farsa. O ensino a distância (EaD), que é uma excrescência do capitalismo, vem ganhando cada vez mais espaço, a exemplo da Formação da Cidade, que teve de ser reformulada, tamanha foi a rejeição por parte do professorado.

São, na verdade, reflexos do que se passa com os trabalhadores em toda parte. A crise do capitalismo vem sendo descarregada sobre os ombros dos oprimidos de todos os países, embora com ritmos diferenciados. O conflito na Ucrânia e o recrudescimento da guerra comercial entre EUA e China, além de ameaçarem a humanidade de conjunto com a possibilidade de uma conflagração generalizada, inclusive com o risco da utilização de artefatos nucleares, provocam também a alta do custo de vida. Acirra-se a disputa pelos mercados consumidores e fontes de matéria-prima. Um exemplo recente é a pressão exercida pelos EUA sobre a Holanda para restringir ainda mais o acesso dos chineses às máquinas de produção de chips

de processadores avançados.

Outra via de intervenção dos capitalistas no sentido de debelar os efeitos da crise, salvaguardando seus próprios interesses, é avançar sobre conquistas históricas do proletariado e demais trabalhadores. As contrarreformas retiram direitos, aprofundando a exploração e as múltiplas formas de opressão. As reformas trabalhista e previdenciária, dentre outras, pioraram e muito as condições de vida dos explorados brasileiros.

A reforma do ensino médio/BNCC facilitou a expansão do privatismo e agravou a falência da Educação. Como consequência, tem crescido o ódio dos estudantes e trabalhadores em relação ao “Novo Ensino Médio”. As denúncias quanto aos chamados “itinerários formativos”, com disciplinas como “trilhas radicais”, “brigadeiro caseiro” e “pegada ecológica”, mostram a que nível chegou a decomposição do ensino, ao ponto de obrigar o ministro Camilo Santana/PT a se pronunciar e a instituir uma “consulta” sobre o tema. Chama a atenção a atitude do ministro, completamente avessa aos interesses da maioria explorada, de não indicar o caminho da revogação da contrarreforma, deixando aberta apenas a possibilidade de “remendar” a Lei, ou seja, manter a essência privatista e de aprofundamento da falência da educação brasileira.

O fato de serem poucas as unidades de ensino médio na rede municipal de SP não

pode desviar o SINPEEM do caminho do enfrentamento unitário a essa contrarreforma. A essência desta está no fortalecimento da mercantilização e nos reacionários EaD e ensino de tempo integral, que são elementos que nos afetam diretamente. Em poucos dias a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) realizará a sua 4ª Plenária Intercongressual, que terá a tarefa de organizar o combate unificado nacionalmente ao “Novo Ensino Médio”.

O obstáculo nesse sentido é a política conciliadora das direções sindicais. A eleição de Lula/PT alimentou muitas ilusões entre os trabalhadores. A realidade, no entanto, tem tratado rapidamente de mostrar o caráter burguês do governo de frente ampla. Diante do conflito na Ucrânia, Lula foi obrigado a se curvar diante da imposição de Biden e aliados, abandonando na prática a sua pretensa posição de neutralidade pacifista. Quanto às contrarreformas, particularmente as aprovadas nos governos dos direitistas de Temer e Bolsonaro, o governo petista já deu mostras suficientes de que não pretende revogá-las. O salário mínimo recém aprovado é de fome. As direções sindicais, do SINPEEM e da CNTE incluídas, porém, têm atuado no sentido de blindar o governo e impedir a expressão organizada da luta dos explorados.

A última reunião de Representantes de Escola do SINPEEM foi uma demonstração evidente desse problema. É uma vergonha que as reuniões dessa importante instância do nosso sindicato sejam mantidas no formato virtual. Dois aspectos se colocam como agravantes: a direção sequer abriu para falas/intervenções dos representantes, e isso em pleno dia 8 de março, dia de luta internacional das mulheres, quando devíamos todos estar ocupando as ruas. A orientação correta era a de

realizar a reunião presencial de RE, com a paralisação das escolas, de forma a concentrar toda a categoria à tarde no ato centralizado, na Avenida Paulista.

Vale lembrar que estamos já em março e ainda nem foi realizada a primeira assembleia do SINPEEM, fundamental para preparar a atuação coletiva dos trabalhadores na campanha salarial deste ano. Sem a devida preparação da parte dos trabalhadores, a tendência é a de que o governo apresente uma proposta rebaixada. Sem luta, não há conquistas. Com a categoria desmobilizada, a correlação de forças pende favoravelmente ao nosso inimigo de classe. Já passou da hora da direção do SINPEEM convocar a assembleia presencial, para organizarmos a resistência coletiva aos ataques da burguesia, em defesa das nossas reivindicações.

É preciso erguer a bandeira de reposição de todas as perdas inflacionárias, com aumento real. A Corrente Proletária na Educação apresenta a proposta de que lutemos por um piso salarial igual ao salário mínimo do DIEESE, de cerca de R\$ 6.500,00. O SINPEEM deve ser parte e ajudar a impulsionar a luta nacional unificada contra o “Novo Ensino Médio”. Daí a importância da consigna, aprovada no último Congresso do sindicato, em favor da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos, pela revogação das contrarreformas. As negociações de bastidores nunca levaram os trabalhadores a conquista nenhuma. Somente com a luta nas ruas, com o método da ação direta, é que constituímos a força social capaz de obter o atendimento das nossas exigências.

Como deve ser a eleição para a direção num sindicato classista?

Embora ainda sem data definida, já está aberto o processo eleitoral no SINPEEM. A Corrente Proletária na Educação/POR defende que as eleições se deem inteiramente de acordo com o princípio da democracia operária. A categoria deve fazer o balanço da atuação de sua direção no último período e eleger uma direção classista e combativa. Mais do que isso, o processo deve se converter num momento de politização e de mobilização dos trabalhadores. Daí a importância que seja feito presencialmente, e não pelo formato virtual, como se deu nas últimas edições.

A Corrente Proletária defende que se for-

me uma chapa unitária de oposição, que reúna toda a força para derrotar a atual direção, a qual empunha uma política burocrática e conciliadora. A unidade oposicionista deve partir da defesa dos princípios da independência de classe e da democracia operária. Estamos de acordo com a proposta, que já tem sido debatida entre as correntes e militantes, de uma Convenção para conformar a chapa. Chamamos a vanguarda com consciência de classe e os trabalhadores de base a debater nossas propostas e conformar conosco uma fração revolucionária no interior do SINPEEM. ■